

HISTORIOGRAFIA AMAZÔNICA: DISCUTINDO QUESTÕES DEMOGRÁFICAS NOS TEMPOS DA BORRACHA

Daniel da Silva Klein ¹

RESUMO: O artigo que segue pretende discutir como alguns expoentes da historiografia amazônica exploraram as questões demográficas nos tempos da borracha, enfocando diretamente a ocupação do Acre por seringueiros nordestinos e, marginalmente, o Amazonas e o Pará. Debate-se, nesse sentido, como esses autores elaboraram inferências dedutivas a respeito desses movimentos populacionais, confrontando essas generalizações com dados censitários e estudos de casos individuais. Objetiva-se, assim, ajudar na ampliação dos horizontes da pesquisa histórica e seus métodos, já que subjaz a tese de que toda e qualquer afirmativa presente em uma narrativa deve estar ancorada em fontes.

Palavras-chave: Historiografia Amazônica; Movimentos Populacionais; Pesquisa Histórica; Fontes.

ABSTRACT: This article that follows intends to discuss how some exponents of the amazonian historiography explored the demographic issues in the times of the rubber, focusing directly on the occupation of Acre by northeastern rubber tappers and, marginally, the Amazonas and Pará. Deductive inferences regarding these population movements, comparing these generalizations with census data and individual case studies. Thus, it is intended to help in the expansion of the horizons of historical research and its methods, since it underlies the thesis of every affirmative presente in a narrative must be anchored in sources.

Keywords: Amazonian Historiography; Population Movements; Historical Research; Sources.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um fenômeno que perturba a historiografia desde os princípios do século XX, é tentar compreender como se deu a relação da economia da borracha com os movimentos populacionais, assim como com os contextos políticos e culturais da Amazônia. Nessa gama de interpretações, inquietações, teses, refutações e narrativas sobre esses temas complexos, a ocupação do vale amazônico por trabalhadores nordestinos (em grande maioria) têm levantados longos debates.

O texto em questão procura discutir como diferentes pensadores trataram, em suas obras historiográficas, a questão demográfica de três regiões produtoras de borracha: Amazonas, Pará e Acre. O foco será dado aos estudos populacionais acreanos, com as outras duas regiões se constituindo em elementos complementares ao debate que se propõe.

Esse debate tem a ver com as questões de método, porque levanta-se a problemática de quais fontes esses pensadores, oriundos das mais diversas formações, utilizaram. De partida, é perceptível que as discussões acerca de populações amazônicas no ciclo da borracha são tratadas de

¹ Graduado em História (2006), mestre em Letras: Linguagens e Identidades (2010), ambos pela Universidade Federal do Acre, onde é docente desde 2009 na área de História. Possui doutorado em História Social (2013) pela Universidade de São Paulo.

maneira genérica, e seus movimentos interpretados de forma indutiva, ou seja, a partir de exercícios mentais imaginativos.

Não se pretende desqualificar a importância desses estudos, mas, situá-los em um debate metodológico sobre o tratamento de suas fontes. A investigação irá, nesse sentido, confrontar esses dados indutivos lógicos, capazes de descrever populações inteiras com alguns censos demográficos, que pretendiam mensurar quantidades exatas de habitantes em algumas regiões. O foco é questionar até onde se torna possível elaborar uma inferência imaginária, em oposição a dados pesquisados dentro de parâmetros por amostragens.

Fica claro nessa relação que se questiona, também, as dinâmicas presentes nas relações entre o particular e o geral, tanto que o texto irá abordar estudos de caso e problematizar a velocidade temporal do crescimento habitacional da região acreana. O pano de fundo aqui é aquele definido por Maurizio Gribaldi, de que para além

...das oposições de escalas ressalta, portanto, antes, o problema das diferentes retóricas demonstrativas próprias de duas abordagens que permanecem fundamentalmente irreduzíveis uma à outra. A abordagem macrosociológica é dedutiva e especifica suas provas a partir de um modelo global. Nesse enfoque, a construção causal é principalmente fornecida pelas categorias expressas pelo modelo. Os dados empíricos nele introduzidos têm uma função que é essencialmente de ilustração, por intermédio de uma série de operações retóricas e/ou estatísticas de tipologização. A abordagem microsociológica, indutiva, individualiza mecanismos e os generaliza por intermédio das fontes. Aqui a construção causal não é dada de antemão, e sim reconstituída por intermédio das fontes que impregnam o objeto. A retórica é do tipo generativo (GRIBALDI, 1998, p. 122).

A opção por um modelo macrosociológico, pode demonstrar-se mais adequado para as devidas compreensões a respeito do crescimento demográfico do vale amazônico durante o período da borracha, mas o que ressaltamos são justamente as diferenciações presentes nessas duas formas de pensar a história, a global e a particular. Nos casos que iremos investigar, induções genéricas, ao situarem-se meramente no campo da imaginação especulativa, escapam dos contextos, pois não fundam-se nesse elemento chave que Gribaldi demonstra para as narrativas macrosociais, o uso das fontes como exemplos explicativos.

Pretende-se, portanto, elaborar um trabalho cujo fim seja contribuir para a defesa de uma tese simples: todo argumento historiográfico deve estar lastreado com bases documentais mínimas. Nos estudos aqui levantados, quando esse lastro é falho, escasso ou mesmo inexistente, as narrativas ficam ainda mais imprecisas.

REVENDO DEDUÇÕES

A historiografia debruçou-se, durante certo tempo, a discutir as populações que chegaram ao vale amazônico brasileiro no período em que a borracha era o produto mais atrativo da região, às vezes inflacionando números e noutras reduzindo expectativas de habitantes. Em ambos os casos, os dados apresentados eram oriundos de inferências dedutivas, sem qualquer lastro documental baseado em pesquisas censitárias.

Na metade da década de 1920, Craveiro Costa lançou um livro seminal a respeito da ocupação do Acre no início do século XX, *A conquista do deserto ocidental*. Ali discute a tese de que aquele novo Território Federal deveria ser elevado à categoria de estado federado, deixando assim de ser gerenciado pelo Palácio do Catete². Nesse texto, Costa diz que o Acre era suficientemente rico para

² Na época da incorporação do Acre ao Brasil em 1903, a mais nova unidade territorial nacional não foi enquadrada como Estado da Federação e sim como Território Federal. Essa categoria diferenciada fazia com que na região todos os cargos fossem geridos

ser transformando em estado federado, tendo em vista que arrecadava mais impostos do que gastava com os serviços públicos. Um de seus argumentos era de que, à época da anexação do território, o Brasil gastou mais de dois milhões de libras em indenizações à Bolívia, montante que os impostos pagos pelos acreanos cobriram entre 1903 e 1911. Assim:

Satisfeita a indenização, era de elementar justiça, era mesmo um direito que assistia à população do território, que a renda proveniente da exportação da borracha fosse devolvida ao Acre, nos benefícios materiais de que tanto carecia (COSTA, 1998, p. 162).

Para defender obstinadamente os interesses dos acreanos em sua autonomia, o autor usa, porém, uma dedução para expor como aquelas terras eram ricas e fartamente ocupadas. Ele argumenta que para se produzir 12.000 toneladas de borracha são necessários cerca de 40.000 homens e, como no Acre a produção era de pouco mais 20.000 toneladas desse produto em 1899, chega à conclusão de que somando homens, mulheres e crianças habitavam a região, nesse ano, cerca de 70.000 pessoas (COSTA, 1998, p. 41).

Esses números populacionais são oriundos, portanto, de uma dedução e estão muito longe de alguns dados censitários, mostrando-se completamente desproporcional. Em 1899 o intendente boliviano no Acre, José Paravicini, tinha elaborado o primeiro censo do vale do rio Acre, onde afirma que nessa região havia quase 5.000 pessoas e no Território todo, cerca de no máximo 15.000. Paravicini mandou que fosse executada um censo de todos os seringais desse rio, contadas as suas populações elaborando, inclusive, uma amostragem por sexo e faixa etária (PARAVICINI, 1999, pp. 67-71).

Em 1959 o economista brasileiro Celso Furtado lançou sua obra mais famosa, *A formação econômica do Brasil*, que era resultado de suas pesquisas na América Latina e de seu trabalho na Universidade de Cambridge na Inglaterra³. Nela Furtado lança um olhar para o movimento migratório de nordestinos em direção à Amazônia no ciclo da borracha, afirmando que entre 1872 e 1900 a população do Amazonas e Pará passou de 320.000 pessoas para 700.000, deduzindo que nesse crescimento a imigração nordestina teria contribuído com uma ordem de 260.000 (FURTADO, 2003, pp. 135-138).

Segundo suas deduções esses dois estados tiveram um crescimento de quase 380.000 pessoas e, desse total, perto de 70% eram de nordestinos, que ali chegaram nesses quase trinta anos de transferência populacional. Furtado não cita suas fontes, mas diz que nesse período o fluxo migratório de nordestinos para o Acre foi tão grande quanto o verificado no Amazonas e Pará (FURTADO, 2003, pp. 135-138).

Será que para ele o Acre teria no final do século XIX e início do XX uma população que chegasse próxima da dedução de Craveiro Costa? Polemizando com Celso Furtado no início da década de 1980 com a obra *História econômica da Amazônia*, o economista paraense Roberto Santos argumenta que ele teria inflacionado esse movimento migratório nordestino. Em contraponto, cita outras deduções sem base em qualquer censo demográfico, tendo como referência Samuel Benchimol, para quem, entre 1877 e 1900, esse fluxo de trabalhadores nordestinos vindos para a Amazônia foi de 160.000 pessoas (SANTOS, 1980, pp. 99-100).

Mas Santos reluta em usar esses dados genéricos dedutivos de maneira definitiva, informando que as fontes que apontam para esse movimento migratório são esparsas. De fato, seus

pelo Palácio do Catete, que indicava desde os governadores até os prefeitos municipais.

³ Informação retirada do verbete Celso Furtado, da enciclopédia virtual Wikipédia. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Celso_Furtado. Acesso em 30 de março de 2012.

argumentos focam-se em dados mais locais, tais como os que possui acerca das transferências de nordestinos para o Pará, que entre 1855 e 1916 tinham sido de pouco mais de 58.000 pessoas (SANTOS, 1980, pp. 99-100).

Essa polêmica tinha um fundamento: esses autores sequer chegaram perto dos dados censitários a respeito do crescimento populacional do Amazonas e Pará, que apresentaram um aumento exponencial durante os tempos de economia forte da borracha, entre 1872 e 1900. Nessas quase três décadas, o Amazonas saltou de 57.610 pessoas para 249.756, enquanto que o Pará foi de 275.237 para 983.507 (IBGE, 2012).

Na metade da década de 1970 é publicado o livro *Formação Histórica do Acre*, de autoria de Leandro Tocantins, que procura defender a ideia de que a ocupação do Acre pelo Brasil foi uma operação justa perante a Bolívia, que não tinha ali quase nenhum ocupante. Para Tocantins o Acre é ocupado por brasileiros, que no final do século XIX eram impulsionados pelas riquezas do ciclo da borracha. Argumenta que essa era uma região cujo fluxo populacional motivou a mais grandiosa expansão das fronteiras brasileiras, ou seja, um ciclo econômico

em escalas e intensidade notáveis, que traduza o desbravamento e a fixação humana dentro das formas apontadas por J. F. Normano, esse ciclo é o da borracha. E nele, o Acre, seu quartel-general, a ser palco de um intenso surto de ocupação humana e de exploração de recursos naturais, quando os bolivianos ainda não haviam lá chegado com os seus pioneers (TOCANTINS, 2001, vol. II, p. 192).

O autor procura demonstrar a centralidade do Acre para toda a Amazônia da borracha, elaborando também algumas deduções sobre o número de seus habitantes. Em 1887 Tocantins diz que o vale do rio Acre produzia um total de 500.000 quilos de borracha e era habitado por 10.000 pessoas sem, contudo, apresentar de onde retira essas informações.

Em 1975 Boris Fausto organizava o *História da civilização brasileira, tomo III*, que discutia temas sobre o período republicano do país. Nele, as historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Coelho Prado trataram do ciclo da borracha amazônico. Naquele texto as autoras descrevem como a borracha se tornou um produto ativo na economia mundial e de importância para o sistema agrário-exportador do Brasil, o que possibilitou que a Amazônia fosse ocupada por um grande número de trabalhadores.

Nesse sentido falam que, desde o período colonial, a Amazônia era pouco ocupada, lembrando que em 1799 a região tinha 80.510 habitantes. Nas suas palavras, esse número passou para cerca de 272.014 pessoas em 1882. Com relação ao movimento de nordestinos para trabalharem na borracha, Prado e Capelato adotam os números que Celso Furtado havia projetado no final dos anos de 1950. Mesmo citando esse referencial as autoras fazem uma ressalva, dizendo que “*não há estatísticas seguras acerca do número de nordestinos que se dirigiram à Amazônia desde o final do século XIX até o início do século XX*” (CAPELATO; PRADO, 1975, pp. 189-291).

De acordo com os dados do IBGE, em 1872, ou seja, antes mesmo do crescimento em larga escala do ciclo da borracha, a Amazônia tinha 332.847 habitantes. Esse é um número muito maior do que o apresentado por Capelato e Prado para o ano de 1882, onde projetaram um total de 272.014 pessoas morando em toda a região (IBGE, 2012).

Um último trabalho a ser acrescentado nessa revisão de literatura é o *Raízes do Acre* de Cleuza Maria Damo Ranzi, lançado no início da década de 1980. O texto da autora enfatiza a grandiosidade do vale amazônico, sobretudo da região acreana. Segundo Ranzi o Acre, frente ao Pará e Amazonas, era a zona produtiva da borracha que mais atraía imigrantes nordestinos. A autora aponta que

as causas desse movimento de atração eram várias, dentre elas destaca a tendência dos emigrados em buscar recursos rápidos, a abundância de seringueiras no Acre e a facilidade de acesso a toda essa região através da rede fluvial ao longo do vale do rio Purus.

Reconhecendo que o ambiente amazônico era inóspito, a insiste na ideia de que o Acre atraiu um grande contingente de nordestinos, dizendo que esse movimento de ocupação se deu de uma maneira rápida, perante as outras regiões da Amazônia. Nesse sentido, o ponto de vista que procura sustentar na sua exposição é de que:

Estes fatos reforçam o índice de crescimento populacional ocorrido após a seca de 1877 [no Nordeste], fazendo com que o povoamento do Acre se realizasse com uma rapidez vertiginosa em relação ao povoamento das demais áreas da Amazônia, pois menos de trinta anos se fizeram necessários para que a região fosse ocupada e uma nova unidade territorial conquistada (RANZI, 2008, p. 45).

Ranzi está certa ao afirmar que o Acre foi habitado majoritariamente por nordestinos, mas erra ao pôr em pé de igualdade esse território com as demais áreas da Amazônia. Como visto, os dados censitários demonstram que o Acre era muito menor no que diz respeito aos números totais de suas populações, se comparado com o Amazonas e Pará, não se constituindo no principal polo de atração da população nordestina. Sua abordagem demonstra, às claras, um argumento que está subentendido nos outros autores, de que a imigração nesse vasto cenário foi rápida e de proporções grandiosas.

O DESENHO DE UM CENÁRIO DIFERENTE

A historiografia que se debruçou sobre o ciclo da borracha elaborou projeções que inflacionaram ou deflacionaram os números de habitantes do Acre e das transferências de nordestinos para trabalharem nesse complexo produtivo e comercial do vale amazônico. Diante disso, teríamos um impasse a respeito da compreensão demográfica dessa vasta região? Pode-se dizer que não, porque na própria historiografia clássica a respeito daquele período, encontram-se autores que descreveram um quadro diferente sobre essa ocupação da Amazônia.

José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho é um autor representativo dessa ótica, que apresenta parte dessa narrativa diferenciada, na qual a imigração para Amazônia não é homogênea e o Acre desponta nesse processo como uma região de ocupação tardia e cuja população era rarefeita. Entre o final da década de 1940 e início de 1950, escreveu uma série de artigos para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que faz emergir essa outra narrativa de ocupação dos rios no vale amazônico.

Sobrinho ocupou o cargo de juiz federal no Acre durante muitos anos e talvez por conta de seu trabalho, conseguiu acessar fontes que outros historiadores da região só tiveram contato bem depois da década de 1990, caso dos relatórios dos governadores amazonenses do início do século XX, do intendente boliviano no Acre em 1899 e dos seus primeiros prefeitos departamentais. Em um de seus artigos, o autor demonstra que a ocupação do vale do rio Purus, uma das zonas de maior produtividade do ciclo da borracha, se deu somente a partir de 1878 e mesmo assim de maneira bastante irregular. Até aquela data, poucos viajantes tinham percorrido a região como João Gabriel de Carvalho (SOBRINHO, 1954, pp. 297-298).

Nas suas narrativas se dedicou especialmente a um desses viajantes, Manuel Urbano da Encarnação, a quem literalmente presta uma homenagem ao descrever profundamente seus feitos. Entre as décadas de 1840 e 1870, Urbano explorou praticamente sozinho o rio Purus, encontrando

naquele rio, basicamente, populações indígenas, com quem mantinha trocas comerciais (SOBRINHO, 1958, p. 23).

Urbano guiou vários viajantes europeus ao longo da bacia do Purus, como Willian Chandless na década de 1860, que o usou para fazer um dos primeiros mapas geográficos daquela região. Com a ajuda de seus filhos, Gil Braz e Leonel, Manuel Urbano abriu seringais e vilas ao longo daquele rio, vindo a falecer na década de 1890. Uma das vilas que fundou foi Canutama, que se transformou em um entreposto comercial a partir de 1880 (SOBRINHO, 1958, p. 23-26).

Os textos de Sobrinho trazem uma chave para compreendermos o processo de ocupação da Amazônia na fronteira de expansão da exploração da borracha: de que o vale do rio Purus, incluindo aí o de seu maior tributário, o Acre, foi ocupado tardiamente frente ao desenvolvimento populacional do Amazonas e Pará.

Em 1882 o ciclo da borracha já era uma realidade para determinadas regiões da Amazônia, impulsionando o crescimento das cidades de Manaus e Belém. Nessa data, porém, o Acre começava a ser ocupado com aquilo que Sobrinho chama de barracas demonstradoras de posse, ou seja, ao longo do rio os seringalistas abriam um seringal e colocavam na clareira sede da propriedade um trabalhador, que ficava ali montando o empreendimento.

As cenas que vão emergindo da ocupação dos rios Purus e Acre nos textos de Sobrinho, são contrastantes com os que nos apresentam Tocantins, Costa e até mesmo Celso Furtado. Segundo ele, em 1886 os povoadores de toda essa região eram poucos, encontrando-se em agrupamentos de famílias

...só às margens dos rios, e a grande distância uma das outras, constituindo centros de exploração da goma elástica, com algum plantio de arroz, cana de açúcar e bananeiras existindo ainda em lugares inexplorados ou errantes os antigos moradores das selvas (SOBRINHO, 1958, p. 135).

Sobrinho diz, portanto, que na década de 1880 o vale do Purus e seus afluentes era pouco habitado e seus moradores ficavam isolados uns dos outros. Essa característica espacial tem um plano de fundo teórico, porque, ao demonstrar a precariedade e a demora de ocupação dessa região Amazônica, o autor procura dar ênfase ao heroísmo dos seus primeiros moradores.

Os textos de Sobrinho demonstram, portanto, que houve sim um crescimento demográfico provocado pelo ciclo da borracha na Amazônia, porém, seus argumentos evidenciam que esse processo foi bem menor do que comumente se falou, no que diz respeito à região de ocupação acreana. Sobre o rio Purus, por exemplo, o autor usa dados de alguns censos para dizer que a população desse vale em 1890 era de 14.000 pessoas e que tinha passado em 1920 para pouco mais de 40.000 (SOBRINHO, 1958, p. 123).

CASO DE OCUPAÇÃO DOS VALES DOS RIOS PURUS E ACRE

A partir da gênese historiográfica geral sobre a ocupação do vale amazônico, durante o ciclo da borracha, é possível tematizar casos específicos desse movimento, procurando discutir como ele se deu no cotidiano daquelas pessoas que alteraram o contexto demográfico da região. A trajetória de três dos primeiros exploradores dos rios Purus e Acre, demonstra exemplos de como era esse processo.

O primeiro desses casos é o de João Gabriel de Carvalho, que nasceu na cidade cearense de Uruburetama. Após algumas desavenças familiares, Carvalho parte de sua cidade em 1854. Viajan-

do a pé pelos sertões chega a Fortaleza, onde toma um vapor e, após algum tempo perambulando, trabalhando nos portos nos quais passou, fixa-se em Manaus.

Até então tinha residido no Maranhão, mas, no início da década de 1860, ouvia histórias a respeito de como a capital do Amazonas era a porta do futuro, um lugar onde poderia lucrar com a borracha. Entre Manaus e Belém, Carvalho conseguiu crédito com os comerciantes da borracha e tomou um empréstimo com o Visconde de Santo Elias.

Com o dinheiro passa a explorar o rio Purus nos primeiros anos da década de 1870. Esse rio era habitado até a localidade de Tauariá e Carvalho negociava com os ribeirinhos e indígenas que moravam em suas margens, comprando principalmente drogas do sertão e borracha. Passou dois anos negociando com as tribos Apurinãs desse rio, até que em 1876 resolveu voltar para o Nordeste. Do Ceará tinha saído mais de vinte anos antes pobre, paupérrimo, e voltava naquele momento tão rico, que chegou a comprar títulos de nobreza. No Ceará adquiriu terras e montou uma grande expedição colonizadora do Purus em 1878.

Naquele ano imaginava que o vale do rio Acre era desocupado. Assim, logo contratou um vapor, o Anajás, e encheu-o de trabalhadores cearenses. A expedição aportou na foz do rio Acre, onde abriu diversos seringais e a vila de Boca do Acre. Em 1879, fazendo o mesmo percurso, o vapor Tapajós trazia a segunda leva de trabalhadores nordestinos para aquelas regiões (TOCANTINS, 2001, pp. 178-185).

Os financistas da borracha, conhecidos como seringalistas, passaram a montar pontos de captação de trabalhadores no Nordeste e pelos interiores das zonas mais habitadas da Amazônia, para dali levarem essas pessoas aos mais distantes seringais. Para os rios Purus e Acre, essas viagens de colonização eram lentas e demoradas, tendo em vista que aquelas eram as terras mais distantes de exploração da borracha.

Outro caso envolvendo esses primeiros colonizadores é o de Neutel Maia. Vindo do Ceará, em 1881 esse seringalista tomou contato com a colonização que se operava a partir de Boca do Acre preparando, ele próprio, uma expedição de reconhecimento.

Juntamente com seu companheiro de empreitada, Felismino Alves, Neutel Maia subiu o rio Acre com mais três trabalhadores em uma canoa. Remaram dias a fio por muitos quilômetros, encontrando nas margens algumas tribos indígenas. No retorno a Boca do Acre, Maia mandou buscar mais de vinte parentes seus no Nordeste, que vieram ao seu encontro. Ele e outros investidores, os irmãos Leite e Damasceno Girão, alugaram o vapor Apihy e subiram o rio Acre com uma expedição colonizadora em 1882. Os irmãos Leite foram os primeiros a desembarcar, abrindo o seringal Antimary. Neutel Maia e seu grupo desceram no médio rio Acre, montando o Volta da Empresa. Damasceno Girão subiu durante mais alguns dias, abrindo com seus trabalhadores a futura vila de Xapuri (SOBRINHO, 1947, p. 133).

Esses relatos demonstram que os seringalistas percorriam os rios amazônicos, nesse caso, especificamente o Purus e o Acre, procurando áreas sem proprietários e demarcando espaços de ocupação. Esse fluxo de investidores demorou a se espalhar pela Amazônia, atingindo-a com diferentes intensidades, mas é digno de nota que mesmo rios distantes como o Acre foram sendo lentamente ocupados no ciclo da borracha.

O último desses casos trata-se de um relato oferecido por um desses primeiros seringalistas do vale do rio Acre, Adolpho Leite Barbosa, que em 1920 prestou depoimento perante o Tribunal de Justiça do Acre em que fala de sua chegada a região, no final do século XIX. Informava que ele e sua família aportaram nas terras que daria origem ao seringal Panorama em 1888 e que seu pai,

naquele ano, havia recebido uma concessão de exploração fornecida pelo governo do Amazonas, que consistia no direito de ocupação e em uma linha de financiamento.

Com o financiamento, o pai de Barbosa contratou trabalhadores no Ceará e os trouxe ao Acre. Disse que sua família escolheu a região porque naquele momento poucos seringalistas queriam ocupar terras tão longe. Além disso, havia nas redondezas do Panorama alguns outros investidores que eram amigos de seu pai (Processo 0502, 1920, Depoimento de Adolpho Leite Barbosa).

A fala de Leite Barbosa é um exemplo de como os seringalistas conseguiam concessões de terras através de títulos do governo amazonense, que ainda os financiava com algum recurso. Além da menção que seu pai arregimentou trabalhadores no Ceará, traz uma informação importante, de que em 1888 ainda eram poucos os seringalistas interessados em destinar seus recursos para a ocupação do vale do rio Acre.

ALGUMAS NOTAS DE ENCERRAMENTO

As deduções imaginárias de alguns dos autores aqui discutidos hora reduzem os números populacionais drasticamente, como aconteceu com algumas direcionadas ao Amazonas e Pará, noutras vezes aumentavam desmesuradamente esses dados. Aqueles que se debruçaram sobre o Acre em específico, inflacionaram os seringueiros nordestinos ali a ponto de o elegerem como o centro de toda a cadeia de aviação da borracha.

Percebe-se, também, que há uma aceleração temporal quando todos trataram essas inferências, porque ao descrevem as migrações de trabalhadores nordestinos para o vale amazônico, o crescimento populacional se mostra rápido. Em contraponto, discutiu-se outras possibilidades narrativas e como os tempos variam quando se abordam casos específicos.

A questão que se descortina é que a historiografia amazônica precisa ampliar suas bases documentais, tratar as fontes em todos os sentidos possíveis, fugindo assim de inferências sem qualquer fundamento. A tentativa é, justamente, fomentarmos a pesquisa historiográfica nessa ampla e complexa região norte brasileira.

BIBLIOGRAFIA

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **A borracha na economia brasileira da Primeira República**. In: FAUSTO, Bóris (Org). **História da civilização brasileira. Tomo III**. O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**. Rio Branco: Fundação Cultural/Ministério da Cultura, 1998.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GRIBAUDI, Maurizio. **Escala, pertinência, configuração**. In: REVEL, Jacques (Org). **Jogos de escala**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre 1870-1912**. 3 ed. Rio Branco: MM Paim, 2008.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1820-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SOBRINHO, José Moreira Brandão Castelo Branco. O rio Acre. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 225, 294-298, 1954.

SOBRINHO, José Moreira Brandão Castelo Branco. Descobrimto das terras da região acreana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 239, 1958.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre. Volume I e Volume II**. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2001.

Relatórios.

PARAVICINI, José. **Relatório de governo**. 1900. Rio Branco: Tribunal de Justiça do Acre, 1999.

Sensos.

IBGE. **Séries estatísticas e séries históricas**. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Acessado em 23 de janeiro de 2012

Documentos.

Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Acre.

Processo n. 0502 de 1920. Fevereiro de 1920.

Data de submissão: 25/05/2019

Data de aprovação: 20/06/2019